



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Meleiro

LEI Nº 1792 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018.

Cria o Conselho Municipal de Juventude – CMJ e dá outras providencias.

Eder Mattos, Prefeito do Município de Meleiro, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Juventude de Meleiro, órgão de apoio específico e autônomo de caráter permanente, deliberativo, consultivo e fiscalizador, de representação da população jovem do Município de Meleiro, vinculado à Secretaria de ação social.

Compete ao CMJ de Meleiro:

I – estudar, analisar, elaborar, discutir e propor ao legislativo e executivo planos, programas e projetos relativos à juventude.

II – participar da execução de políticas públicas de juventude atendendo seus direitos na forma da lei em consonância com o estatuto da juventude.

III – desenvolver estudos e pesquisas relativas à juventude, objetivando subsidiar o planejamento das ações públicas para este segmento no Município.

IV – Propor e promover junto as secretarias, sociedade, fundações e autarquias, seminários, cursos, palestras, congressos e eventos correlatos para a discussão de temas relativos à juventude e que contribuam para o conhecimento da realidade do jovem na sociedade.

V – Propor e promover junto as secretarias, sociedade, fundações e autarquias, seminários, cursos, palestras, congressos e eventos correlatos à juventude que contribuam para o seu crescimento e desenvolvimento socioeconômico, cultura e Espiritual.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Meleiro

VI – fiscalizar o cumprimento da legislação que assegura os direitos e os deveres dos jovens no município na forma da lei.

VII – elaborar e aprovar o seu Regimento Interno e normas de funcionamento.

VIII – convocar em parceria com sociedade civil organizada e com o poder público a Conferência Municipal de Juventude.

IX– convocar em parceria com a sociedade civil organizada e com o poder público a semana municipal da juventude.

X – aprovar o Regimento Interno e as normas de funcionamento da Conferência Municipal de Juventude.

XI- participar da elaboração do municipal de desenvolvimento da juventude, estabelecendo suas diretrizes.

XII- Zelar pelo bem estar dos Jovens.

XIII – Atuar na promoção, cooperação e o intercâmbio com organismos similares em níveis municipais, estaduais, nacional, e internacional.

Art.2º. Para os efeitos desta lei considera-se jovens a pessoa com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte nove) anos de idade.

Art. 3.º O Conselho Municipal da Juventude será composto exclusivamente por jovens, sendo:

- I. Um representante de cada partido com representação na Câmara Municipal de Vereadores, indicado pelo presidente do partido devidamente constituído da agremiação partidária.
- II. De um a cinco representantes de cada escola do Município, sendo que os representantes serão escolhidos por eleição direta entre os alunos ou indicados pelos professores.
- III. Um representante de cada grupo de jovens devidamente constituídos e em pleno funcionamento no Município.
- IV. Doze representantes do Poder Executivo indicados pelo Prefeito Municipal ou por Secretários do Município.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Meleiro

- V. Um representante de cada comunidade indicado pelas escolas do município e do estado quando houver possibilidade e que tenha o ensino fundamental completo.
- VI. Um representante para o CEJ (Conselho Estadual da Juventude)

Parágrafo único: O representante do CEJ (conselho estadual da juventude) será exercido pelo presidente do CMJ (conselho Municipal da Juventude) ou por alguém indicado pelo mesmo.

§ 1º O Prefeito dará posse aos Conselheiros por meio de Decreto.

§ 2º Os Conselheiros elegerão a executiva, composta pelos cargos de: Presidente, Vice-presidente, Secretário geral eleitos entre seus pares, por votação aberta realizada na primeira reunião ordinária do CMJ.

§ 3º Em caso de vacância nos cargos da executiva que inviabilizem a continuidade dos trabalhos do Conselho Municipal da Juventude, far-se-á nova eleição para preenchimento do cargo específico para finalizar o mandato do antecessor.

§ 4º O mandato dos Conselheiros e do presidente do conselho será de dois anos, permitida uma única recondução por igual período.

Parágrafo único. Até a eleição do Presidente, Vice Presidente e do secretário geral, caberá ao coordenador do conselho municipal da juventude a presidência provisória do mesmo.

Art.4º. As funções dos membros do CMJ de Meleiro serão voluntárias.

Art. 5º. O CMJ reunir-se-á, ordinariamente, de forma mensal, bimestral ou semestral de acordo com suas possibilidades podendo ser convocado extraordinariamente por solicitação de no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seus membros pelo presidente.

§ 1º As reuniões do CMJ serão ampla e previamente divulgadas, com participação livre de todos os jovens que terão direito a vez e a voz na forma da lei de seu regimento interno.

§ 2º As deliberações e os comunicados de interesse do CMJ deverão ser publicados e afixados em local de fácil acesso e visualização a todos os usuários e interessados, bem como no diário oficial dos municípios.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Meleiro

§ 3º As decisões do CMJ serão tomadas por maioria simples, exigida a presença da metade mais 1(um) de seus membros para deliberar.

Art. 6º Deverá ser realizada, de dois em dois anos, a Conferência Municipal de Juventude, com representação dos diversos setores da sociedade, a fim de avaliar a situação da população jovem do Município, propor diretrizes para a formulação de políticas públicas voltadas para este segmento.

§ 1º A Conferência Municipal de Juventude terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovado pelo CMJ.

Art. 7.º Ao representante do Conselho Estadual da Juventude compete a articulação entre o Conselho Municipal da Juventude e o Conselho Estadual da Juventude, permitindo o escoamento dos projetos do Estado para o Município.

Art.8.º As funções dos Conselheiros e do conselho não implicará em vínculo com o poder público executivo e legislativo, sendo porem auxiliado pelos mesmos na forma da lei e considerado cargo de relevante serviço público prestado sociedade.

Art. 9º. Poderá o chefe do Poder Executivo autorizar o auxílio técnico de servidores para elaboração de apoio administrativo e pareceres quando necessário.

Art. 10º. Poderá o chefe do Poder Executivo autorizar o pagamento da ajudada e custo correspondente ao deslocamento e alimentação quando necessário o deslocamento para outras cidades, com justificativa prévia, respeitando sempre o interesse público, no exercício das funções.

Art. 11º. As informações necessárias para atuação do conselho serão fornecidas pela administração municipal.

Art.12º. O prazo para criação do regimento interno do Conselho Municipal da Juventude é de até 60 dias após sua constituição.

Art.13º. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Meleiro/SC, 21 de novembro de 2018.

Eder Mattos
Prefeito Municipal